ISSN 2525-4812 (versão online)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 17/12/2019
Aprovado em: 20/6/2020
Período de publicação: jan./jun. 2022

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 7 • n. 18 • Jan./Jun. 2022)

Como citar o artigo:

NASCIMENTO, R. M. C. Recuperação de práticas tradicionais pelas comunidades quilombolas África e Laranjituba (Moju/Pará): o caso da cerâmica em argila. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 7, n. 18, p. 191-213, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2022v7i18p191-213

RECUPERAÇÃO DE PRÁTICAS TRADICIONAIS PELAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS ÁFRICA E LARANJITUBA (MOJU/PARÁ)

O CASO DA CERÂMICA EM ARGILA[1]

Raimundo Magno Cardoso Nascimento[2]

Resumo: Este estudo procura caracterizar as formas tradicionais de gestão territorial nos quilombos África e Laranjituba, em Moju (PA) e refletir sobre sua evolução, procurando compreender sua eficiência e eficácia local ao longo dos tempos, assim como sua importância social e científica. A pesquisa se justifica pela necessidade de estudos sobre as práticas e fenômenos que constituem a gestão territorial dessas comunidades na organização do trabalho. Uma das práticas recuperada pelos quilombolas é a cerâmica em argila. Assim, o objetivo deste trabalho é caracterizar a recuperação e organização de conhecimentos acerca das antigas formas de produção ancestral de cerâmica que existiam na região até o século 19. África e Laranjituba perceberam que a transmissão desses saberes tradicionais para as novas gerações poderia ser um importante instrumento de fortalecimento de laços afetivos comunitários. Os cuidados com a natureza é um dos importantes resultados do aprimoramento desta prática, uma vez que essa produção passou por transformações que exigiram, dentre tantos posicionamentos, a socialização dos conhecimentos e técnicas de produção tradicionais aprovadas a partir da experimentação e certificadas pela ação do tempo.

Palavras-chave: território quilombola África e Laranjituba, cerâmica em argila, tradição, sustentabilidade.

[1] Este trabalho é baseado na dissertação do autor, intitulada "Comunidades Quilombolas África e Laranjituba: um estudo das práticas e fenômenos que constituem sua gestão territorial tradicional", defendida em 2017 no âmbito no Programa de Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais da Universidade de Brasília (UnB).

[2] Quilombola da comunidade África, de Moju (PA). Consultor de projetos da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (Malungu). Graduado em Administração pelo Centro Universitário do Estado do Pará (2009) e Mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/MESPT) da UnB.
E-mail: rm_mojuense@yahoo.com.br; filhodequilombo@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-3540-4964

RÉCUPÉRATION DES PRATIQUES TRADITIONNELLES PAR LES COMMUNAUTÉS QUILOMBOLA « ÁFRICA ET LARANJITUBA » (MOJU/PARÁ): LE CAS DE LA CÉRAMIQUE EN ARGILE

Abstract: Cette étude cherche à caractériser les formes traditionnelles de gestion territoriale dans les quilombos África et Laranjituba, à Moju (PA) et à réfléchir à leur évolution, en cherchant à comprendre leur efficience et efficacité locales dans le temps, ainsi que leur importance sociale et scientifique. La recherche se justifie par le besoin d'études sur les pratiques et les phénomènes qui constituent la gestion territoriale de ces collectivités dans l'organisation du travail. L'une des pratiques récupérées par les quilombolas est la poterie en argile. Ainsi, l'objectif de ce travail est de caractériser la récupération et l'organisation des savoir traditionnels sur les formes anciennes de production ancestrale des céramiques qui ont existé dans la région jusqu'au XIXe siècle. África et Laranjituba se sont rendu compte que la transmission de ce savoir traditionnel aux nouvelles générations pouvait être un instrument important pour renforcer les liens affectifs de sociabilité dans la communauté. Prendre soin de la nature est l'un des résultats importants de l'amélioration de cette pratique, puisque cette production a subi des transformations qui ont nécessité, parmi de nombreux positionnements différents, la socialisation des savoirs et des techniques de production traditionnelles approuvées par l'expérimentation et certifiées par l'action du temps.

Keywords: territoire *quilombola* África et Laranjituba, ceramique en argile, tradition, durabilite.

Introdução

Os processos que envolvem a gestão territorial mundo afora têm seguido comumente uma linha similar de ação independente das características do território. Os formatos mais presentes quase sempre negam a herança ancestral, da mesma forma como seu legado histórico de gestão local e suas especificidades. Assim, a busca pela valorização científica das formas de gestão desenvolvidas por comunidades tradicionais, precisa ser "encampada" como importante frente de conhecimento a ser empreendida. Primeiro pelo conjunto de conhecimentos reunidos ao longo do tempo, mas principalmente pela inegável necessidade de investimentos em pesquisas e publicações, que respeitem aos anseios territoriais e suas lutas. Igualmente a adoção de medidas apropriadas, que possibilitem a minimização de impactos com vistas na manutenção do legado sociocultural comunitário e territorial, a diversidade e a defesa dos direitos das comunidades tradicionais.

Como afirma Sabourin (2011), nos dispositivos de gestão partilhada dos recursos naturais, as relações de compartilhamento contribuem para o surgimento de sentimentos de pertencimento, assim como de confiança e respeito. Segundo o autor, tratam-se de valores produzidos pela relação de compartilhamento, que permitem, inclusive em condições de renda precária, conservar e reproduzir esses bens comuns.

Nesse escopo de gestão territorial comunitária, esta nota de pesquisa visa caracterizar a recuperação da produção da cerâmica em argila, uma prática produtiva tradicional presente nas comunidades quilombolas África e Laranjituba, em Moju, PA, no século 19, e que foi retomada pelas comunidades no século 20, como uma das práticas que constitui o entendimento de sustentabilidade construído coletivamente no quilombo por meio do cuidado com o meio ambiente e pela socialização de conhecimentos tradicionais. Assim, o objeto da pesquisa é a recuperação

comunitária da cerâmica em argila pelas comunidades por meio da transmissão de conhecimento tradicional entre gerações, promovendo a compreensão da eficiência dessa prática produtiva.

Metodologia

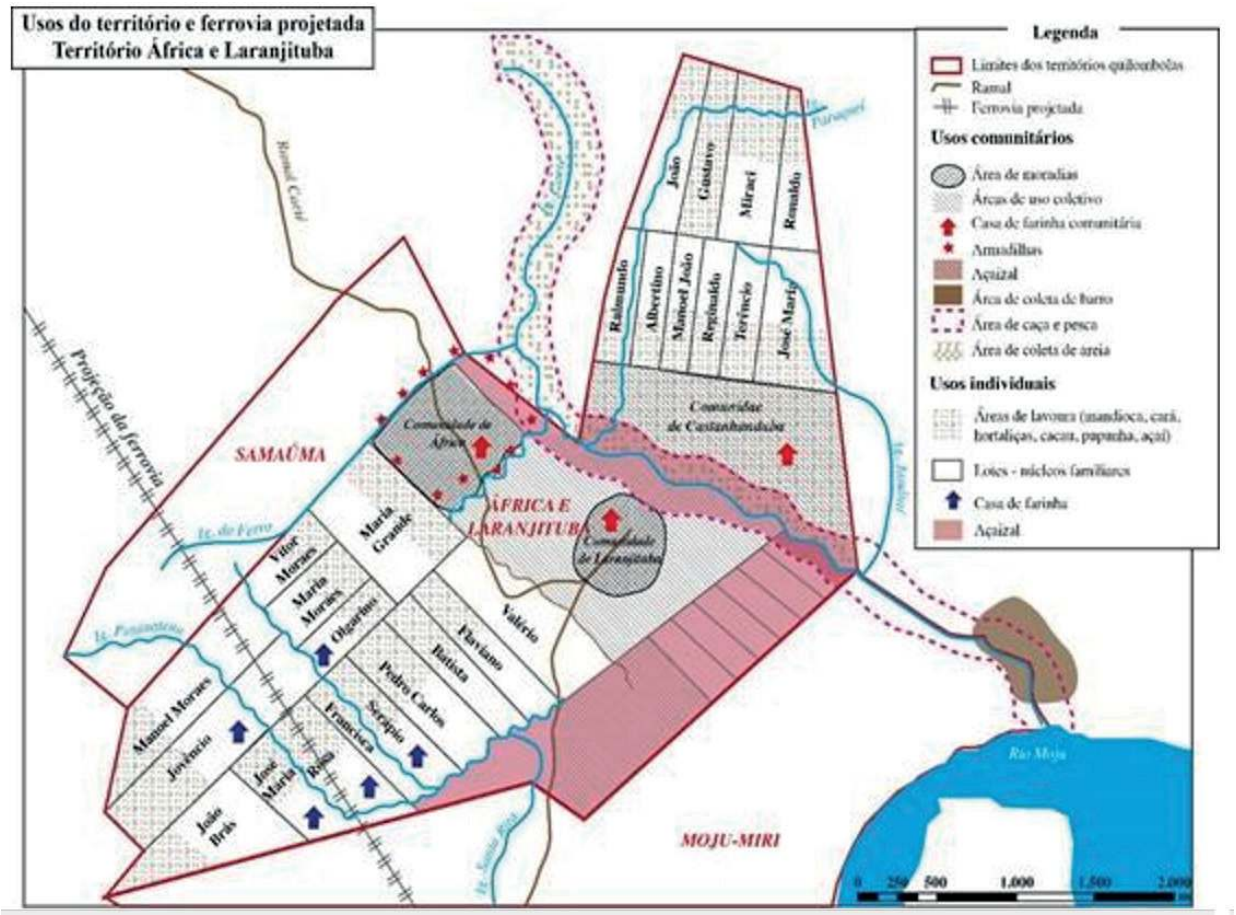
As informações que constituem esse trabalho resultam da interação entre os diversos fatores que envolvem os processos que compõem a gestão territorial em África e Laranjiruba. Todas as informações utilizadas foram obtidas por meio da seguinte metodologia: entrevistas, grupos focais e mapeamento participativo.

As entrevistas foram realizadas com membros das comunidades África e Laranjituba, entre os meses de maio de 2016 e janeiro de 2017. Os grupos focais foram formados por oito membros das comunidades pesquisadas, totalizando vinte e quatro integrantes. Essas pessoas foram organizadas em três grupos para a consecução dos trabalhos. A composição de cada grupo buscou garantir a participação de pessoas, cujo perfil indicasse contribuição mais decisiva à obtenção de respostas por meio de questionamentos que procuraram responder às inquietações referentes ao tema da pesquisa. O empenho das comunidades foi decisivo para o bom andamento do diálogo com todas as pessoas, assim como para que tudo ocorresse com solidez. Os grupos contaram com pessoas de todas as idades e de ambos os sexos, os quais ofereceram muitos dados que foram transformados em informações de grande relevância, constituindo-se no entendimento de procedimentos comunitários e reflexões sobre o tema desta pesquisa.

Não diferente dos passos anteriores no que se refere à participação das comunidades, o mapeamento participativo, como o próprio nome indica, contou com o fiel apoio dos comunitários. Por isso se tornou, ao longo da pesquisa, um importante instrumento de análise "das diversas territorialidades" presentes no espaço geográfico das comunidades quilombolas em estudo. Essa modalidade de mapeamento possibilitou uma leitura do território a partir do olhar dos membros das comunidades no que se refere às atividades, saberes, fazeres, crenças, fenômenos naturais, uso comum dos espaços, dentre outras coisas. Sem dúvida, evidenciou importantes elementos que constituem, junto às demais atividades, uma diferente forma de se fazer gestão territorial, com elementos genuinamente tradicionais, transmitidos há séculos, principalmente por meio de relatos orais, pelas famílias que compõem as comunidades pesquisadas.

Para a elaboração do mapa, foram formados dois grupos, um com dez integrantes da comunidade África, e outro com oito pessoas de Laranjituba. Seguindo orientação das lideranças comunitárias, os dois grupos de mapeamento contaram com pessoas indicadas pelos comunitários e buscaram contemplar as mais diversas habilidades em matéria de vivência e experiência territorial de cada um. Portanto os membros dos grupos apresentaram vasto conhecimento territorial no que se referem aos limites territoriais, nascentes de igarapés, espécies vegetais, animais, extrativismo, trilhas, estradas, lugares sagrados, espaços de extração de argila, fibras, madeiras, fenômenos naturais, sementes, assim como uma infinidade de outros bens usados pelas comunidades, como mostra a Figura 1.

Figura 1. Usos do território e ferrovia projetada dos territórios África e Laranjituba.



Forte: Elaboração pelo autor (2016).

Lócus

Segundo relatos orais de moradores da comunidade, no século 18, por volta do ano de 1717, diversas pessoas foram levadas para o baixo Tocantins, para a localidade de Caeté e vizinhança, para trabalhem em regime de escravidão, regime que perdurou por cerca de 120 anos. Pelo menos seis pessoas viviam na comunidade África e eram responsáveis principalmente pela coleta e limpeza do Cacoal na localidade, recebendo reforço de trabalhadores, de acordo com a necessidade. Todo esse processo foi comandado por um grupo identificado como família Barata, assumindo posteriormente, Raimundo Barata, que, de acordo com os relatos seria o maior escravizador na região e dono do engenho de Guadalupe, localizado na foz do Igarapé Caeté – no Baixo Rio Moju –, cujo igarapé emprestou nome ao território quilombola atual.

Contam os idosos que, um homem escravizado de nome Luís Rezende Moraes foi comprado para ser um dos reprodutores pelo "senhor" Raimundo Barata, pois esse era detentor de considerável riqueza. Possuía vários pontos de produção: Águapé, Camorituba, Cabresto, Gaujarauna, Samaúma, Moju Miri e outros locais na região.

Em todos esses locais, viviam grande número de mulheres que eram escravizadas de múltiplas formas, as quais, homens como Luís Rezende e outros eram responsáveis por engravidá-las e gerar filhos fortes e saudáveis para serem usados na produção de cacau em Sumaúma, extração

de madeira, produção de bebidas e outros insumos em toda a região. Barata enfrentou grandes dificuldades na aquisição da mão-de-obra, devido a fatores como preço, logística e repressão por parte de movimentos contrários à exploração escravista. Sem muitas opções, decidiu fazer a aquisição de mulheres que, por conta de fatores históricos, eram bem mais baratas.

Segundo Juvêncio Moraes, *griot*[3], de 65 anos, da comunidade África, Raimundo Barata construiu em Guajarauna, um casarão – onde atualmente é o território pertence à comunidade quilombola Cacoal – e chamou o local de fazenda; nesse local, comumente viviam de 40 a 100 mulheres, cujo papel era reproduzir e alimentar as crianças até por volta dos 10 anos de idade, momento em que eram arrancadas das mães para se iniciar o processo de escravização.[4]

Alguns anos antes da Cabanagem[5], os negros executaram Raimundo Barata nas matas de Cacoal/Guajarauna. Conhecedor de todo o território do Baixo Moju, Luiz Rezende de Moraes, seguiu para Sumaúma com uma das mulheres escravizadas na condição de esposa, e juntos trouxeram dez filhos, sendo um com outra mulher. Chegando à Sumaúma, os filhos de Rezende ainda movidos pelo ódio dispensado ao "senhor" e por nunca se entenderem com o décimo irmão, visto como pessoa que oferecia perigo aos demais, e ainda pelas características de pessoa violenta que sempre mostrou toda vez em que havia luta por liberdade na senzala, decidiram matá-lo. Rezende imediatamente reage e decide pessoalmente matar o próprio filho, cujo nome era Honório Tomé dos Moraes.

Isso tudo ocorreu sem o conhecimento de Honório. Rezende o convidou a caminhar pelas matas e explicou ao filho o que estava acontecendo. Propôs forjar sua morte ali mesmo e informar aos demais que o havia matado, assim acalmaria a animosidade dos demais irmãos. Concordando com o pai, os dois dirigiram-se a uma fazenda em Jambuaçú, de onde trouxeram Marcolina Francisca de Moraes para tornar-se esposa de Honório. Juntos, Honório e Marcolina tiveram onze filhos: Marcelo, Brígido, Felipe, Páscoa, Maria, Secondiana, João, Crispiano, Atanázio, Eufêmea e Lúcia, além de outros dois filhos adotivos. Com o passar dos tempos, esses filhos e filhas dirigiram-se aos pontos de produção e demais lugares que antes pertenciam a Raimundo Barata e se casaram, dando origem ao lugar que foi chamado pelas famílias de sítio África, categoria que durou até 1969.

Em 1970, foi organizada a primeira Comunidade Eclesial de Base (CEB) de cunho religioso cristão, cuja ideia foi o fortalecimento das ações da igreja católica e melhorias estruturais do lugar. A partir de então, ocorreu a mudança de sítio para comunidade África, caracterização que sofreu alteração durante os processos de titulação, recebendo oficialmente o título de território quilombola. É a partir desse período que as comunidades começam a ter um aumento populacional significativo, exigindo maior organização para evitar problemas no território.

O território das comunidades quilombolas África e Laranjituba está dentro de dois municípios. Politicamente (em relação à educação, saúde, iluminação pública e eleitores) está dentro

[3] "Termo do vocabulário franco-africano criado na época colonial para designar o narrador, cantor, cronista e genealogista que, pela tradição oral, transmite a história de personagens e famílias importantes para as quais, em geral, está a serviço". Hoje, no Brasil, a palavra é utilizada para designar os anciões, conhecedores e contadores da história local.

[4] Informação fornecida por Juvêncio Moraes, em entrevista na Comunidade África/Pará, em out. 2016.

[5] Movimento ocorrido entre 1835-1840, no qual negros e indígenas se insurgiram contra a elite política e tomaram o poder no Pará, tendo como principais causas da revolta a extrema pobreza das populações humildes e a irrelevância política à qual a província foi relegada após a independência do Brasil.

do município de Moju, cuja sede está situada à margem direita do rio de mesmo nome, abaixo da saída do canal de lgarapé-Miri, em terrenos doados por Antônio Dornelas de Sousa à Irmandade do Divino Espírito Santo, em julho de 1754. Moju decaiu ao núcleo de povoado após a sua primitiva criação em freguesia, ao ponto de ser completamente abandonado dos poderes públicos, desaparecendo inteiramente a categoria eclesiástica que lhe fora concedida, estando esquecido para o período da Independência. Em 1839, obteve a atual sede municipal a categoria de freguesia novamente, com toda a jurisdição dos rios Acará e Moju. A Lei n.º 279, de 28 de agosto de 1856, criou o município do Moju.

Existem divergências quanto às primeiras penetrações no território do atual município de Abaetetuba, outro município onde estão as comunidades. Tradicionalmente, diz-se que foram realizadas por Francisco de Azevedo Monteiro, em 1745, que ali aportou para abrigar-se de forte temporal. Segundo Palma Muniz (1916 apud IBGE, 2012), frades capuchos fundaram o Convento da Uma, seguidos pelos Jesuítas. Palma Muniz (1916 apud IBGE, 2012) também afirma que a fundação de Abaeté ocorreu em 1750: inicialmente, o território pertencia ao município da Capital, passando, em 1844, ao município de Igarapé-Miri. Abaeté passou a ser cidade em 1895. Entretanto, por causa da legislação federal que proibia a duplicidade de topônimos de cidades e vilas, em 1944, o local passou a chamar-se Abaetetuba, "nome de origem tupi que significa lugar de homem ilustre" (IBGE, 2012, não paginado).

Desde a sua origem, há aproximadamente 300 anos, até 2007, as comunidades África e Laranjituba sempre se relacionaram com o município de Moju. Mas em 2007, o Tribunal Superior Eleitoral do Pará (TSE) transferiu as sessões eleitorais dessas comunidades para o município de Abaetetuba, alegando a existência de uma lei de 1944 que assim definia a região. Ainda em 2007, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), por meio do processo nº 775/2007, solicitou o desmembramento de 20 localidades de Moju e Barcarena e as anexou ao município de Abaetetuba. Nesse contexto, África e Laranjituba passaram a integrar geograficamente o município de Abaetetuba. Ocorre que, há 300 anos essas comunidades mantêm ligação sociocultural com a cidade de Moju por meio do rio, mesmo antes da categorização de município. Por isso, as alterações administrativas não trouxeram mudanças drásticas nas relações políticas, mantendo de regras as relações definidas tradicionalmente pelas comunidades. Em função disso, atualmente o território tem "ligações" com duas sedes de municípios, uma política que se dá com Moju e outra geográfica e comercial com Abaetetuba.

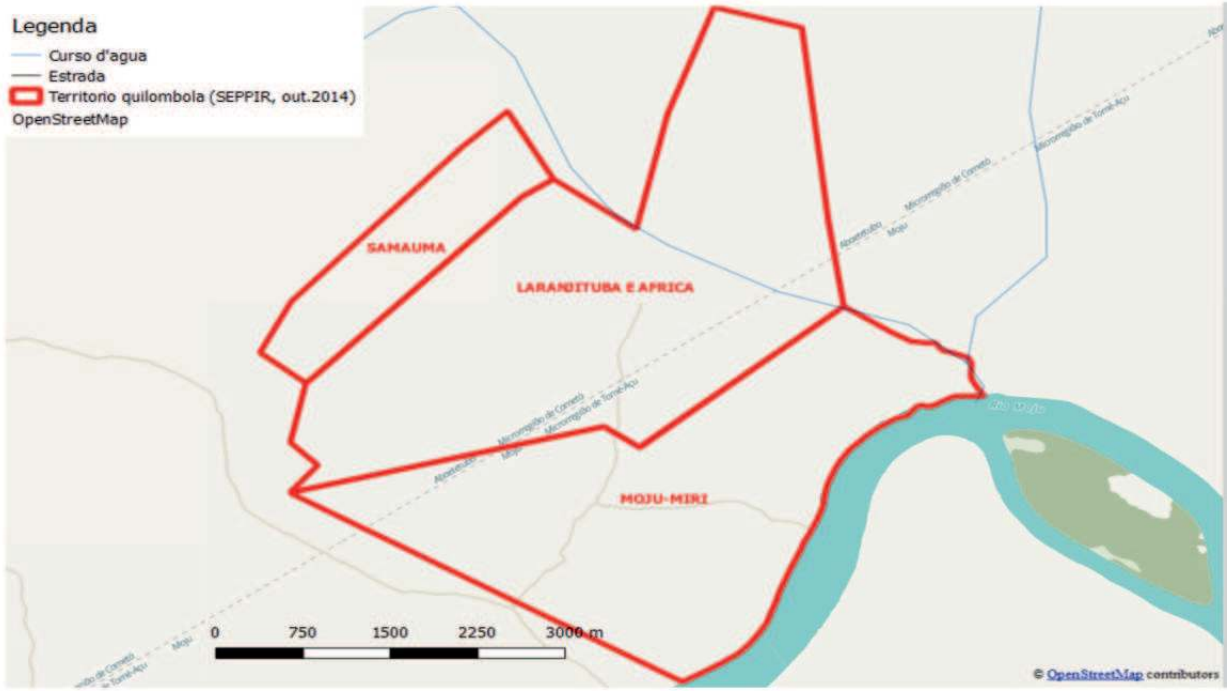
Titulação das terras

O território foi titulado por três vezes. A primeira, ocorreu por volta da década de 1990, quando as terras foram tituladas em pequenos lotes de 100 ha com o objetivo de atender à reforma agrária com o chamado incentivo à agricultura familiar. Os títulos foram expedidos pelo Instituto de Terra do Pará (Iterpa). Naquele momento, o território pertencia à Moju, segundo os títulos entregues. A segunda titulação ocorreu em 2002, quando o mesmo instituto expediu um título coletivo, cujo território obteve área de 118.0441 ha; com isso, a comunidade entendeu que ainda havia áreas de uso tradicional das famílias que não haviam sido inseridas na titulação, e requereu junto ao governo do Pará a inclusão da referida área e a substituição do título. O Iterpa atendeu ao

pleito das comunidades, e anulou o título emitido em 2002, expedindo um novo título em 2008, ampliando o território para 1108.1837 ha (MARQUES; MALCHER, 2009).

Em de 10 de dezembro de 2010, o governo do Pará publicou no Diário Oficial nº 31.808, a criação do Território Estadual Quilombola (TEQ) denominado Laranjituba e África, com objetivo de promover o etnodesenvolvimento local, e reforçando o reconhecimento do Estado à luta secular das famílias dessas comunidades (PARÁ, 2010).

Figura 2. Territórios quilombolas de África e Laranjituba, Samaúma e Moju-Miri.



Fonte: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2014).

População

A população está dividida na porção territorial de África e na área de Laranjituba. Não se têm dados oficiais sobre a dinâmica de crescimento populacional dessas comunidades, e as únicas fontes de informações consistem em subsídios das próprias comunidades, apoiadas em informações simples dos bancos de dados dos serviços de saúde pública e do ITERPA, o que implica em limitações de entendimento sobre os ciclos de crescimento populacional, nível médio de renda e distribuição, entre outros fatores importantes para a compreensão do funcionamento dos diversos aspectos do espaço social.

De acordo com as informações dadas pelos comunitários e dados oficiais, ao longo desses três séculos de organização, o território teve um crescimento populacional variável. Nos últimos 100 anos, o crescimento populacional foi mais expressivo em relação aos dois séculos anteriores, saltando de 48 para 193 pessoas, um crescimento de 92,64%, o que significa que a comunidade está na sua fase de maior crescimento demográfico desde a sua origem. Segundo as famílias entrevistadas, isso se deu principalmente em função do número de jovens que constituíram famílias, e da redução dos casos de morte por doenças como: sarampo, caxumba, ataques de animais peçonhentos, tétano, varicela, malária, beribéri, e outras não mais presentes na comunidade atu-

almente; isso tudo é combinado com melhores condições de habitação, alimentação e cuidados com a saúde.

De acordo com dados obtidos ao longo da pesquisa, principalmente por meio de relatos orais, o território apresenta a seguinte trajetória populacional, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Demografia elaborada a partir de relatos orais.

Ano	Identificação da localidade	Categoria	Nº de casas	Pessoas	Total	Data de Atualização (Sismal)*	Longevidade
1717	África	Sítio	2	-	6	-	27 anos
1835	África	Sítio	7	22	30	-	32 anos
	Laranjituba	Sítio	2	5			
	Castanhaduba	Sítio	2	3			
1969	África	Sítio	12	31	48	-	80 anos, homens Até 100, para mulheres
	Laranjituba	Sítio	9	17			
1970 a 2017	África	Comunidade	34	82	193	1997 a 2016	80 anos, homens Até 100, para mulheres
	Laranjituba	Comunidade	30	111			

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Acesso às comunidades

O acesso às comunidades é feito principalmente por estrada, embora também possa ser feito pelo rio Moju. A chegada por terra, como se diz na comunidade, tem como via de acesso a rodovia Alça Viária que liga Belém, capital do Pará, à região do baixo Tocantins, com entrada pelo quilômetro 68 da rodovia. Depois se pega o ramal, e a estrada, que é de piçarra, tem uma extensão de cerca de 9 km, ligando a rodovia ao território.

A chegada pelo rio é feita via a comunidade Quilombola Moju-Miri. Saindo de Belém, o deslocamento dura em torno de três horas, mesma duração se for considerada a saída da cidade de Moju. Entre Moju-Miri e o território África e Laranjituba há um trecho terrestre de cerca de quatro quilômetros que, assim como o ramal Caeté, é construído de piçarra, minério muito presente na região, dispondo de jazidas volumosas ao longo das estradas da região, que, de certa forma, facilita o uso desse minério para a arrumação dos chamados ramais.

O transporte de pessoas, gêneros agrícolas, artesanatos, dentre outros produtos se dá principalmente por meio dos serviços de transporte coletivo que são ofertados por empresas particulares, as quais disponibilizam três ônibus que fazem uma viagem por dia cada, em alternância. O valor médio pago por uma passagem é de vinte reais por pessoa e mais as bagagens pesadas ou volumosas. O transporte também é feito em condução própria, uma vez que, algumas famílias dispõem de motocicleta, bicicleta ou carro, usados para facilitar o deslocamento na região, além de serviços de mototaxistas de outras comunidades que atendem às famílias da comunidade.

Características das comunidades

As casas são tradicionalmente construídas em madeira e telha de barro, como mostra a Figura 3. É comum as casas apresentarem apenas um quarto, sala e cozinha, apesar do grande

número de integrantes por cada unidade habitacional. Das 64 casas, apenas oito são construídas em alvenaria, sendo cinco na comunidade África e três em Laranjituba. Todas as casas são atendidas com energia elétrica 24 horas e iluminação pública. Contudo, algumas casas têm o serviço de energia improvisado em função do não atendimento por parte da concessionária de energia.

Figura 3. Casas de moradores de Laranjituba.



Foto: Raimundo Magno (2016).

No que corresponde à educação, a comunidade de Laranjituba é assistida por uma escola de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental; e a Comunidade África possui uma escola de 4ª a 8ª Série do Ensino Fundamental, construída com recursos próprios da comunidade, possuindo três salas em estado razoável de conservação. Nessa mesma escola funcionam turmas de Ensino Médio, na modalidade Ensino Modular (Some), e há transporte escolar para os alunos que residem mais distantes.

O nível de escolaridade ainda é uma questão bastante complicada para o território. Pode-se dizer que isso é reflexo dos longos anos de ausência de políticas públicas voltadas para a resolução dos problemas históricos de um Brasil que deixou de oferecer direitos básicos, como a educação. A comunidade teve sua primeira escola de educação básica de primeira à quarta série no sistema multiseriado por volta de 1970. Nessa época, Dona Osmarina, hoje professora leiga aposentada, decidiu ensinar as pessoas da comunidade, tendo apenas a quarta série do ensino fundamental. Com o passar dos anos, ela foi contratada pelo estado do Pará e lecionou em uma sala de sua própria casa por 30 anos. Anos mais tarde, a comunidade lutou para conseguir recursos e construir as escolas da comunidade, o que aconteceu a partir da liberação de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE), em 2007.

Quanto à saúde, as comunidades não dispõem de posto de atendimento de saúde, ambulância, nem de agentes comunitários ou qualquer programa voltado ao atendimento em saúde no local. As práticas mais comuns de tratamento ainda são as formas tradicionais, que unem o conhecimento familiar sobre as ervas, plantas, sementes, raízes e folhas obtidas na floresta e nas hortas de quintais (farmácia viva) para solucionar os problemas de saúde. As práticas de pajelança, os mestres e mestras, os benzedores ou benzedeiras, as parteiras, o "curador" ou "curandeiro"[6], que

[6] Citando Mãe Katia Haddad, "Nossos mestres e mestras normalmente não gostam de usar a denominação curandeiro ou curandeira, porque essa denominação remete muito a questão do feiticeiro e nós ainda não dispomos de ferramentas capazes de descontruir o sentido negativo doado ao termo. Ainda temos muita coisa para descontruir".

curam os males da matéria, da alma e da aura por meio de seus trabalhos representam figuras centrais no cuidado à saúde.

Essa prática de medicina tradicional é adotada nos casos de menor urgência atualmente, principalmente em ocorrências em que o paciente pode ser tratado por longo período sem oferecer risco iminente de morte. Já nos casos de doenças graves, principalmente os acidentes (ofídicos, quedas, fraturas, pancadas etc.), os moradores são conduzidos até a sede dos municípios de Barcarena ou Belém. Assim como no passado, ainda é comum o uso de rede presa em pau-de-carga (Figura 4), para a condução dos pacientes até que se tenha o auxílio de uma ambulância da comunidade vizinha, que a partir dali conduz o paciente até um hospital para receber tratamento. Apesar de todas essas dificuldades, não são recorrentes os problemas ligados à saúde das famílias.

Figura 4. Transporte por rede presa em pau-de-carga.



Foto: Raimundo Magno (2016).

Economia local

Agroextrativismo

O abastecimento de gêneros alimentícios, entre outros, das residências e dos dois pequenos comércios do local, é feito principalmente pelas plantações e próprias lavouras dos moradores ou pelas atividades de pesca, criação de animais ou caças. As demais necessidades são supridas a partir das compras feitas pelos moradores e proprietários das pequenas vendas, quando se deslocam à sede de um dos municípios.

A alimentação das famílias tem como base o plantio de dois tipos principais de alimentos, a mandioca e o açaí, que são complementados com a caça, a pesca e a criação de pequenos animais, além do cultivo de hortaliças tradicionais e o extrativismo. O açaí, ao longo dos tempos, vem passando de mera produção para o consumo para a comercialização da parcela excedente.

Em face de sua valorização no mercado, tem aumentado a produção e, com isso, se consegue comercializar além dos limites da comunidade.

A produção do açaí ocorre em todos os meses do ano, sendo, no entanto, economicamente limitada no período compreendido entre janeiro e julho, assegurando apenas a alimentação das famílias nesses meses. Essa limitação se dá em função do período de entressafra, conhecido pelas comunidades como "piroqueira", que é quando os açaizeiros produzem apenas pequenos cachos dificultando a colheita em escala mais volumosa. A grande safra se concentra no segundo semestre do ano, com maiores produções nos meses de setembro a dezembro. Esse período da grande safra é quando as famílias comercializam a produção excedente e com os resultados financeiros fazem a aquisição de outros bens de consumo, assim como de alimentos necessários a assegurar-lhes melhores condições de vida.

A farinha de mandioca é outro alimento fundamental no dia a dia da comunidade. Por esse motivo, ao longo dos tempos, buscou-se melhoramentos nas formas de plantio, assim como na qualificação da produção de farinha, produto gerador de renda e alimento, uma vez que por meio da mandioca se asseguram as bases da alimentação da comunidade.

O extrativismo (Figura 5) é também importante atividade econômica que contribui para a formação da renda familiar, e consiste na coleta de castanha-do-Pará, extração de cascas, raízes e sementes usadas como fármacos e na gastronomia, além da coleta de frutas como o piquiá, uxi, marí, cupuaçu, jatobá, bacuri, cacau, dentre outros, que ocorrem principalmente durante o chamado inverno amazônico entre os meses de janeiro e maio.

Figura 5. Manga, castanha e cupuaçu, produtos do extrativismo.



Foto: Filhos do Quilombo (2016).

O manejo de açaizais e a limpeza das roças de mandioca constituem a maior fonte de geração de renda das famílias. No período da chamada entressafra de frutos, em especial do açaí, as famílias aproveitam para limpar os açaizais e esperar o período de coleta dos frutos durante a safra. Esse processo de manejo produz o palmito, produto gerado a partir da retirada de exemplares mais velhos do açaizeiro. Este palmito, produto muito apreciado na culinária, é comercializado em Moju, Abaetetuba ou Belém. Essa atividade ocorre tanto nos açaizais da própria família

quanto nos de outras famílias, as quais contratam os comunitários em alguns casos, uma vez que a regra é o trabalho em grupo na chamada "troca de dia", onde os integrantes dos grupos praticam atividades em regime de mutirão atendendo a todos os integrantes do grupo. A limpeza das roças de mandioca ocorre regularmente ao longo do ano, na ausência de mutirões, alguns agricultores ofertam trabalho à família, assegurando renda nessa atividade.

Turismo comunitário

A atividade de turismo comunitário é uma das ações que, junto com as demais fontes de renda, reforça a entrada de valores financeiros para as famílias, de forma a dar melhores condições de vida. Essa geração de renda pode ser direta ou indireta: direta para aquelas que recebem e prestam serviços ao turista, indireta para aquelas famílias que, de alguma forma, comercializam produtos ou prestam serviços ao projeto "Filhos do Quilombo", que coordena as atividades nessa área. Essa modalidade de turismo, além de gerar renda, contribui para a conservação dos recursos naturais e colabora para a promoção da organização. O turismo também contribui com a geração de conhecimento sobre a criação de pequenos animais usados como fonte de alimentação, para o desenvolvimento social, assim como possibilita o monitoramento das áreas de preservação permanente.

Figura 6. Turismo comunitário.



Foto: Filhos do Quilombo (2016).

O público-alvo dessa atividade é principalmente estudantes, pesquisadores e pessoas interessadas nos temas identidade, cultura e meio ambiente. As atividades consistem em caminhadas e palestras sobre meio ambiente (Figura 6) ao longo das trilhas, oficinas, banho de igarapés, apresentações e uma culinária rica em elementos naturais da própria comunidade.

Artesanato

Como forma de ampliar a renda das famílias, também se produz artesanatos tradicionais, cujos principais produtos são a cestaria a partir das fibras de guarumã, gamelas em madeira de sucata de floresta, canoa, peças ornamentais em resíduos de açaí e biojóias.

As atividades referentes ao artesanato também passaram por aperfeiçoamentos ao longo dos últimos cem anos. No passado, práticas como a extração de cipó titica, cipó timbuaçú, arru-

mã, assim como madeiras usadas pelos artesãos, sofreram alterações significativas. Até por volta da década de 1960, era comum a derrubada de árvores para a extração do cipó, porém, essa forma de coleta do material usado na produção de paneiros, aturás, patronas, cestos, vassouras, cassuá e outros artesanatos, causava o desaparecimento das espécies, pois as raízes se fixam nas copas das árvores e, com a derrubada, se perdia a matriz de produção dos cipós. Atualmente, a forma de extração é feita por meio de seleção das unidades maduras. Essa mudança deu ao território a garantia de manutenção desse importante produto que contribui fortemente para a identidade comunitária.

As comunidades orgulhosamente também produzem artesanato utilitário em cerâmica refratária (Figura 7). Esse é um produto que, além da utilidade, representa para as comunidades um elemento fundamental de sua identidade, pois essa produção se confunde com a história do território, por meio dos saberes e fazeres presentes nesta importante atividade. Segundo a artesã Catarina Macedo Nascimento, líder de grupo de ceramistas, as técnicas de produção feitas manualmente carregam todo um conjunto de conhecimentos acerca de cuidados com o meio ambiente. Essas atividades e suas técnicas foram aprendidas com os indígenas que viviam na região durante a chegada dos primeiros moradores do lugar. "Por conta dos cuidados com o território, nossa cerâmica já foi premiada por três vezes", reforça a artesã com satisfação. A iniciativa foi reconhecida em 2013 pelo governo do estado do Pará com o prêmio "Cobra Criada", na categoria Designer; foi o segundo colocado em 2014 no prêmio SEBRAE TOP 100, seleção que previa as 100 melhores iniciativas de artesanato em todo o Brasil; e vencedor do "Prêmio de Salvaguarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" (Iphan), em 2015 (IPHAN, 2015).

Figura 7. Produtos do artesanato quilombola de África e Laranjituba.



Foto: Raimundo Magno (2016).

Projetos Sociais

Na Comunidade África está localizada a sede do Projeto Filhos de Quilombo. Criado em março de 2001, o projeto sociocultural atua no desenvolvimento sociocultural das comunidades quilombolas. As ações acontecem nas áreas de música, dança, artesanato, educação, saúde, meio ambiente, turismo, geração de renda, dentre outras atividades (Figuras 8 e 9). O projeto é mantido pela própria comunidade e conta com apoio esporádico de parceiros.

Ao longo de quase 17 anos de existência, o projeto vem buscando apoio, cujo foco é a melhoria das condições de vida das famílias. Por isso, as parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e outras organizações visam melhorias das ações na comunidade. A produção de artesanato em artefatos de madeira, vassoura de açaí, talas e outras espécies de fibras naturais, frutos desse trabalho, como dito anteriormente, são atualmente importante elemento de referência em sustentabilidade e identidade local, pois as famílias produzem artesanato com maior consciência de seu papel no uso dos insumos necessários.

O Filhos do Quilombo tem uma coordenação composta por três pessoas escolhidas e aclamadas pelos comunitários, cuja responsabilidade é dar suporte às atividades desenvolvidas no quilombo. Nesse caso, cabe ao projeto a elaboração e celebração de parcerias com instituições públicas e privadas para a realização de cursos, palestras e outras modalidades de formação e informação que venham somar ao conhecimento de cada integrante, a fim de valorizar seus conhecimentos e, assim, garantir a preservação e conservação do meio ambiente.

A participação das famílias se dá de forma direta e indireta. A participação direta se dá por meio de atividades nas áreas de artesanato, música, dança, roda de conversa, projetos de açaí, formação em diversas áreas voltadas ao meio ambiente, criação de animais de pequeno porte, atividade de acompanhamento de turistas e visitantes, grupos de trabalho, dentre outras. A participação indireta ocorre através da comercialização de produtos e serviços, apoios com informações relevantes à vida dos comunitários, aquisição de produtos e serviços do projeto, etc.

Os valores financeiros oriundos das atividades são usados de forma igualitária. Primeiro, se tira 5% do valor total para o custeio das contas do projeto (água, energia etc.), depois se paga as despesas oriundas da atividade geradora do referido valor. O restante é dividido em partes iguais com as equipes que efetivaram a respectiva atividade. Pode-se dizer que o Filhos do Quilombo, nos últimos 17 anos, tem desenvolvido relevante papel de conscientização comunitária no trato com o meio ambiente. Todos os processos desenvolvidos pelo projeto contribuíram para que as famílias pudessem ressignificar a importância de cada espaço, das espécies, das águas, assim como todas as práticas referentes à gestão territorial dessas comunidades.

Atualmente é notável um entendimento comunitário no que se refere aos cuidados com a natureza. Isso significa que as ações do Filhos do Quilombo somadas ao conhecimento das famílias e seus ideais de meio ambiente, têm avançado em seus processos junto à comunidade.

Figura 8. Produção de cerâmica refratária.



Foto: Raimundo Magno (2016).

Figura 9. Decoração da Feira do Artesanato Mundial (FAM Artesanal), em 2014 – SEPPIR.



Foto: Filhos do Quilombo (2016).

Recuperação das práticas produtivas tradicionais: o caso da cerâmica

A fabricação de artesanato em barro representa um bom exemplo de transmissão de conhecimentos salvaguardados entre os comunitários e é a atividade que se expressa principalmente na produção da cerâmica refratária (Figura 10) produzida na comunidade África, sob a coordenação do projeto Filhos do Quilombo. As técnicas de produção resgatadas pelos moradores garantem atualmente algo que foi perdido há mais de 50 anos e reinserido na cultura comunitária. No que se refere a essa produção ancestral de cerâmica, que existia na região de forma sólida até o século 19, África e Laranjituba perceberam que a transmissão desses saberes tradicionais para as novas gerações poderia ser um importante instrumento de fortalecimento de laços afetivos comunitários. Além disso, os objetos resultantes dessa atividade poderiam futuramente vir a serem os utensílios das casas, e ainda, promover geração de renda para as famílias, com a venda do excedente fabricado.

Figura 10. Oficina de resgate da cerâmica refratária.



Foto: Filhos do Quilombo (2016).

Segundo os comunitários, a recuperação das práticas produtivas tradicionais de cerâmica promoveu diversos resultados positivos. Entre eles, pode-se destacar:

a) Geração de renda para as famílias das comunidades quilombolas África e Laranjituba.

b) Valorização de saberes tradicionais ancestrais.

c) Mobilização e organização comunitária.

d) Transmissão de conhecimentos ancestrais para a nova geração.

e) Domínio da técnica de produção de cerâmica refratária pela população jovem das comunidades.

f) Cuidados com a natureza, uma vez que essa produção passou por transformações que exigiram, dentre tantos posicionamentos, a socialização dos conhecimentos e técnicas de produção tradicionais, aprovadas a partir da experimentação e certificadas pela ação do tempo.

Segundo a artesã Catarina Macedo Nascimento, de 57 anos, na chegada das primeiras famílias ao território, época em que não se usava utensílios de alumínio ou inox, a forma encontrada como solução das necessidades domésticas foi a utilização de refratários em cerâmica. Quem detinha a técnica eram os índios Caetés, uma etnia que habitava a região e com os quais os ancestrais dos comunitários tiveram contato, aprendendo essa importante forma produtiva de significativa importância[7] (informação verbal).

A técnica de fabricação perdurou desde o início do século 18 (1717) até os anos de 1950, e foi resgatada por volta do ano 2000. Na época, consistia-se em coletar o barro (argila), retirar impurezas e deixar em descanso para redução da umidade; em seguida, retirar as cascas de uma árvore de nome carepé ou caraipé[8]. Dessa árvore se extrai a casca para ser levada ao fogo e obter as cinzas, que eram moídas em pilão, coadas e adicionadas ao barro na quantidade de duas medidas de barro para uma medida de cinza. Essa misturada tinha três principais funções: a primeira era melhorar a resistência das peças a altas temperaturas; a segunda, fazer o processo de impermeabilização, evitando infiltrações ou vazamentos; por fim, as cinzas davam às peças uma coloração escurecida, tornando o material mais apresentável.

As peças tinham produção 100% manual, onde todo o processo de moldagem, fixação das alças e todas as formas de acabamento eram feitos à mão, assegurando o conhecimento guardado pelos mais velhos há muitos anos. Ressalta-se que, organizar esse conhecimento de forma sistematizada requereu empenho coletivo, pois, tanto os idosos detentores desse saber, quanto às lideranças se doaram no seu resgate e organização

Na prática, cada pessoa envolvida no processo detém certo conhecimento acerca dos processos de extração, preparação da matéria-prima, moldagem e até mesmo do mais refinado acabamento. Afinal, a variedade de modelos produzidos solicita diferentes acabamentos, motivo pelo qual, reunir o maior número de contribuições, tornou-se necessário para o sucesso na retomada dessa atividade. Nesse caso, a contribuição das mulheres (Figura 11) foi fundamental para a socialização de conhecimentos repassados aos mais jovens que, na atualidade, dominam as técnicas em todas as fases, desde a coleta, moldagem até a disponibilização das peças para uso.

Figura 11. Produção de panelas fruto da organização das técnicas.



Foto: Filhos do Quilombo (2015).

[7] Informação fornecida por Catarina Macedo Nascimento, em entrevista na Comunidade África/Pará, em out. 2016.
[8] Designação comum a árvores do gênero licânia.

Figura 12. Coleta de barro em Laranjituba.



Foto: Filhos do Quilombo (2015).

Quanto à extração da matéria-prima, os idosos, detentores de vasto conhecimento em geodiversidade[9], foram responsáveis pela indicação dos locais de coleta do barro (Figura 12), assim como os melhores exemplares de carepé, além de repassar as técnicas que somente eles detinham. Esse esforço resultou no entendimento das práticas, na aprendizagem das técnicas que no passado asseguram condições de vida aos seus ancestrais, além de se mostrar como importante forma de uso sustentável do espaço comunitário.

Experiências para o aperfeiçoamento das práticas de gestão em busca de maior sustentabilidade: a incorporação do "chamote"

Um exemplo de gestão do território a partir da vivência comunitária é o aperfeiçoamento dos processos de produção de cerâmica, em que as famílias se preocuparam com a derrubada dos exemplares das árvores de carepé e fizeram a primeira substituição das cinzas entre 2001 e 2008. Esse período representou intensa busca por uma forma de produção desse artesanato que, sem perder as técnicas ancestrais, pudessem evitar o desmatamento causado pela extração dos exemplares da espécie. A ideia inicial foi a incorporação do chamote[10] que promoveu uma diminuição intensa da derrubada de árvores, resultando ainda em melhor e mais rápida secagem e queima das peças, além da diminuição de ocorrência de trincas por retração durante o processo de secagem.

Figura 13. Mistura do chamote com o barro.



Foto: Filhos do Quilombo (2015).

Ocorre que, a produção manual de chamote (Figura 13) é uma em atividade absurdamente desgastante, devido à resistência das partículas (cacos

[9] Geodiversidade é a natureza abiótica (meio físico) constituída por uma variedade de ambientes, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, águas, solos, fósseis e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico.

[10] Do alemão *Schamotte* (barro refratário) que é acrescentado à argila tornando-a mais resistente após a queima.

de telha de cerâmica descartada nas construções) utilizadas no processo. Nesse caso, o artesão utilizava um pilão de madeira e a mão-de-pilão para socar os cacos até que se transforme em uma farinha a ser coada.

É importante lembrar que o processo de trituração dos cacos de telha até chegar ao chamote ideal para a mistura ao barro foi um processo muito dispendioso, pois, o ato de misturar os dois produtos também se demonstrou trabalhoso demais. Além disso, a fase de mistura provocava pequenas e frequentes lesões nas mãos dos artesãos, que começaram a apresentar dificuldades em dar sequência ao trabalho. Isso ocorria devido às partículas do chamote se transformarem em verdadeiras lâminas que em um simples toque lesionavam as mãos das pessoas durante o manuseio. Essa situação obrigou os artesãos a buscarem novas formas de produção, recorrendo mais uma vez ao conhecimento de idosos. O fato é que, a reunião de conhecimentos e técnicas até então guardadas com os idosos se mostraram perfeitamente adequados para o momento pelo qual passava a comunidade. O trabalho se deu na coleta e organização desses conhecimentos, que passaram por rigorosos testes de qualidade e que ao final foram aprovados pela comunidade.

A antiga técnica consiste na extração de barro e de areia de igarapé, produtos abundantes na região (Figura 14). A areia apresentou significativas vantagens, uma vez que a única necessidade é a retirada e secagem. Após isso, já está pronta para a mistura, que, além de menor trabalho, causa menos danos ao artesão nos processos de tratamento dos materiais.

Figura 14. Espaços de extração de areia.



Foto: Filhos do Quilombo (2015).

Para melhorar a qualidade do produto acabado, essa técnica exigiu a substituição do forno usado para a queima. Nas versões anteriores de produção, a queima era feita em fogueira. Usava-se também o chamado forno boca aberta, como mostra a Figura 15.

Essa antiga técnica exigia uma quantidade de lenha significativa, além de maior esforço dos artesãos na coleta desses materiais. Além desses extensivos trabalhos, a frequente queima

Figura 15. Forno boca aberta.



Foto: Josiel Martins (2015).

Figura 16. Forno de cúpula.



Foto: Délio Saraiva (2015).

de lenha, além de emitir fumaça e ter consequências sérias ao meio ambiente, exigia maior exploração da floresta para a aquisição de maior quantidade de madeira usada para a queima, assim como a compra de telhas usadas na cobertura do forno.

A readequação da técnica, a partir do conhecimento dos idosos, levou aos comunitários a buscarem uma nova forma de queima, tendo, por fim, introduzido em seu processo o forno de cúpula (Figura 16), equipamento construído pela comunidade com o apoio de um técnico externo do Sebrae, com vasto conhecimento em cerâmica tradicional, tendo sido orientado pela comunidade acerca da importância de se manter os processos habituais de produção, mesmo com a introdução de novas formas e procedimentos.

Esse forno, além de reduzir o consumo de lenha, automaticamente reduziu o trabalho excessivo de busca por novos espaços de coleta de lenha, e ainda elevou a temperatura durante a queima, dando maior resistência às peças. O forno de cúpula funciona de forma compartimentada: uma das cúpulas recebe as peças a serem queimadas, enquanto a outra serve de fornalha. Assim, as peças queimam com melhor qualidade, uma vez que é possível fazer o controle das chamas e da pressão interna do equipamento. O forno tem sistema de suspiro onde se controla o nível de temperatura de acordo com a fase de queima.

Atualmente essa forma de produção significa um aperfeiçoamento produtivo, uma vez que os premiados resultados são reconhecidos tanto pela comunidade, usuário dos produtos, quanto pelo governo federal como sendo uma tecnologia social sustentável. Igualmente à evolução ocorrida nos processos descritos acima, tantos outros avanços das formas de uso contribuíram e continuam a contribuir para o aperfeiçoamento das práticas de gestão em África e Laranjituba.

Considerações Finais

África e Laranjituba têm passado por aprimoramentos, mudanças e transformações ao longo dos tempos com foco em aperfeiçoar os resultados das práticas produtivas e, consequentemente, melhorar a condição de vida nas comunidades. Porém, essas modificações comumente são objeto de críticas, em função de muitos entenderem que tradição deve ser algo estático e imutável. No entanto, esse olhar não expressa o real sentido das práticas que envolvem a gestão do território em África e Laranjituba, que entendem que tradição é algo suscetível a mudanças, desde que essa mudança seja realizada sem que haja ruptura com os antecedentes morais que são o fundamento da organização territorial.

As transformações vividas pelos comunitários são resultantes de processos desejados por eles, o que gerou um verdadeiro legado de gestão. Mas é comum que governos, empresas e organizações responsáveis pela elaboração de planos, projetos e intervenções, desejarem alterar ou substituir totalmente o sentido dado ao uso territorial dessas comunidades, pois, não compreendem que, apesar da possibilidade evolutiva dos processos tradicionais, é necessário assegurar o tempo, a cultura e os sentimentos comuns da comunidade.

África e Laranjituba sempre dispensaram recomendações externas e radicais acerca de mudanças em sua forma de gestão. Em primeiro lugar, por conta de as intervenções deixarem a desejar no conjunto dos elementos que organizam sua maneira tradicional de gerir. Segundo, porque a inserção de novos processos de gestão não consegue dialogar com o entendimento dos quilombolas sobre os processos internos, e não alcançam as necessidades e anseios dos comunitários como um todo no que se refere à gestão territorial.

De acordo com o entendimento dos comunitários, sempre que se fala "Gestão Territorial", é comum que este seja definido a partir do entendimento do "mundo" acadêmico e empresarial, geralmente desenvolvidos com base em diretrizes de "sustentabilidade", regidas por conceitos científicos criados a partir do olhar da ciência e apresentados em forma de alerta à sociedade, comumente impondo-lhes obrigações que, na maioria das vezes, convergem unicamente para o crescimento econômico, tendo pouca preocupação com as pessoas e o planeta. Essas características de sustentabilidade presentes nos estudos acadêmicos têm como base: a sociedade, em que se contempla o ser humano como capital; as questões ambientais, referindo-se à natureza como recurso ou capital natural; as questões econômicas propriamente ditas; e a cultura. De forma geral, esse olhar sobre a sustentabilidade exige eficiência econômica, prudência ecológica, tentativa de garantias de justiça social, e tem como mote o desejo de que suas ações sejam culturalmente aceitas.

Na perspectiva da comunidade acerca da sua forma própria gestão, a compreensão de sustentabilidade configura-se por meio dos aspectos ambientais, biológicos, culturais, socioeconômicos, políticos e ético, onde a ancestralidade, os sentimentos, a dádiva, a religião, o pertencimento e os costumes constituem experiências de sucesso. Diante disso, as comunidades entendem que sustentabilidade é a capacidade que as pessoas têm de combinar os aspectos biológicos, culturais, socioeconômicos e políticos de forma ética, onde pertencimento, costumes, crenças e religião garantam experiências capazes de assegurar as necessidades humanas e ambientais na atualidade e no futuro.

A forma de gestão sustentável desenvolvida por África e Laranjituba entende que sustentabilidade é o reflexo de ações humanas e de responsabilidade socioambiental, e que, fazer sustentabilidade requer muito mais das pessoas que da natureza e de recursos financeiros. Sustentabilidade, de acordo com a comunidade, se faz com compromisso socioambiental e com pessoas que pensam no coletivo, bem como é um processo histórico, determinado pelas formas de uso tradicional dos bens que configuram ações que buscam efetiva qualidade de vida. Isto, de acordo com os seus entendimentos, se alcança por meio da capacidade sistêmica de interação social, que define valores comuns assegurando sentimentos como solidariedade, cooperação e respeito mútuos que se convertem em sustentabilidade.

Muitas são as experiências que comprovam a sustentabilidade na forma de fazer gestão em África e Laranjituba. Por meio de simples análise do tempo, pode-se demonstrar a eficiência de seus processos de gestão territorial e, assim, certificar que tais práticas são capazes de responder aos anseios territoriais, assegurando questões como a soberania alimentar, conservação da sociobiodiversidade, além de garantir o atendimento das necessidades dos sujeitos envolvidos nesse contexto.

Segundo os comunitários, é possível afirmar que suas práticas de gestão sempre conseguiram dar respostas a seus anseios. Nos últimos tempos, essa garantia tem sido crescente, pois, a cada dia, as famílias têm se sentido mais contentes com os resultados obtidos. De acordo com Manoel Salustiano, agricultor familiar de África, a vida tem melhorado a cada década e permitido uma melhor condição a todos, e o que mais o deixa feliz é poder ver que, apesar dos avanços obtidos pelas famílias, a cultura de preservação se manteve e até se desenvolveu de forma natural em todo o território.

As práticas socioambientais das duas comunidades atendem estrategicamente aos anseios e necessidades dos sujeitos envolvidos nesses processos. Os conhecimentos reunidos ao longo dos anos são verdadeiros legados transmitidos por griôs, principalmente por meio da oralidade, da experimentação, da vivência, dos relatos, das memórias etc. Portanto, fazer gestão territorial tradicional é, para essas comunidades, acima de tudo, um processo de reafirmação de identidade e de ligação com o seu território. Vale dizer que esses verdadeiros processos educacionais se dão de forma natural, pois, nessas comunidades as caraterísticas de gestão surgem por meio de entendimentos coletivos, quase sempre sem registros escritos, prevalecendo valores comuns – enquanto nos modelos acadêmicos, geralmente se tem necessidade da obediência à lei como meio de assegurar respeito e sendo, nesse caso, muito valorizado o preço e as regras geralmente escritos em detrimento do chamado capital natural.

No mais, pode-se dizer que, as pesquisas com comunidades quilombolas devem ser realizadas com seriedade e de forma adequada por pesquisadores despidos de "pré-conceitos", que sejam capazes de difundir nos seus resultados o verdadeiro sentimento comum das comunidades em matéria de relacionamento com aquele que, sem dúvida, é um dos nossos maiores bens, a natureza. É ainda necessário, por exemplo, mostrar questões, como a importância política, sociocultural e ambiental dessas comunidades, assegurando que o reconhecimento das regras, processos e resultados obtidos por esses sujeitos, sejam reconhecidos cientificamente como de real importância para garantir a sustentabilidade local.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades e Estados**. Brasil / Pará / Abaetetuba. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/historico. Acesso em: 10 jun. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Concursos, seleções e editais. **Edital PNPI 2015** – Prêmio Boas Práticas de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Rio de Janeiro: IPHAN, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/editais/detalhes/78/edital-pnpi-2015-premio-boas-praticas-de-salvaguarda-do-patrimonio-cultural-imaterial. Acesso em: 10 ago. 2016.

MARQUES, J. A.; MALCHER, M. A. **Territórios quilombolas**. Belém, PA: ITERPA, 2009. 74 p. (Cadernos ITERPA, v. 3).

PARÁ. **Diário Oficial nº 31.808**, Belém, 10 dez. 2010. Disponível em: http://www.ioepa.com.br/pages/2010/2010.12.10.DOE.pdf. Acesso em: 21 fev. 2018.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 24-51, maio/ago. 2011.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Programa Brasil Quilombola** – Painéis de monitoramento. Brasília, DF: SEPPIR, 2014.